

IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Associação Brasileira de Antropologia, Curitiba-PR, 2011.

# Juventudes, democracia e direitos humanos: a produção de cidadania pela UFPE.

Machado, Otávio Luiz.

Cita:

Machado, Otávio Luiz. (2011). *Juventudes, democracia e direitos humanos: a produção de cidadania pela UFPE*. IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Associação Brasileira de Antropologia, Curitiba-PR.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/18>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pezx/d59>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

IX Reunião de Antropologia do Mercosul

10 a 13 de julho de 2011 - Curitiba, PR

**GT30 - Direitos Humanos, Memórias e Políticas de Reconhecimento**

JUVENTUDES, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS: A PRODUÇÃO DE CIDADANIA PELA UFPE

**Otávio Luiz Machado** - Autor (UFPE).

**RESUMO:** *O presente artigo é fruto de análises e reflexões construídas na UFPE. Tomamos como princípio a necessidade de perceber a juventude como uma variável social e histórica, fruto de construções humanas concretas e simbólicas, que é uma das principais referências na produção acadêmica sobre o tema. O trabalho produziu resultados em diversos caminhos pois, ao reconhecer a construção da visibilidade de jovens de diversas épocas e compor um retrato de uma juventude em geral, também promoveu o levantamento de sua história, incentivando a coleta, a preservação e divulgação do que foi resgatado e refletido.*

**PALAVRAS-CHAVES:** Juventude; Pernambuco; movimento social.

**ABSTRACT:** *The present article is fruit of analysis and reflections constructed in the UFPE. We take as principle the necessity of to realize the youth as a social and historic variable, fruit of concretes and symbolical human constructions. Promoting the visibility of young of several times, to, beyond to compose a picture of a general youth, promote the rising of your history, encouraging the collection, the preservation and divulgation of what being rescued and reflected.*

**KEYWORDS:** Youth; Pernambuco; social movement.

## Introdução<sup>1</sup>

A convivência com o passado e com a memória dos grupos sociais que deixaram heranças importantes para a sociedade brasileira nos dias de hoje é algo que faz parte da convivência de todos nós e que não podemos isolar do intenso diálogo social que faz parte do cotidiano de modo inapagável. No texto buscamos repassar alguns aspectos que envolvem a expressão da cidadania e dos processos de democratização nas sociedades complexas num universo onde as atitudes e aspirações de várias gerações se fazem presentes.

A nossa reflexão foi construída dentro de uma proposta que nomeamos de Programa Juventudes, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania da UFPE (PROJUPE), que atua na reconstituição histórica dos movimentos juvenis de Pernambuco no contexto da ditadura civil-militar (1964-85) e está sendo conduzido na UFPE. Partimos do pressuposto que é um direito dos cidadãos ter conhecimento da história do seu País para participar do jogo democrático com eficiência, pois o silêncio e a ausência do acesso à verdade histórica impedem a aplicação prática de conceitos como democracia e cidadania em nossa sociedade, considerando que o direito à informação encontra-se no rol dos direitos humanos, pois:

*“O direito à informação (...) significa poder exprimir-se livremente, bem como receber informações e poder torná-las públicas, sem restrições. Implica tornar público, transparente e visível, algo antes desconhecido, obscuro ou secreto.*

---

<sup>1</sup> Agradeço imensamente as estudantes de Serviço Social Niedja de Lima Silva e Girleide de Sá Menezes e ao estudante Alexandre da Silveira Lins (Ciência Política) pelo apoio fundamental na reflexão do presente texto, assim como as instituições que nos auxiliaram nessa tarefa: UFPE, CNPq e FACEPE. Também sou grato às estudantes Andrine Souza Silva (Serviço Social), Anna Paula Pereira Pinto (Serviço Social), Erivania Vitalino Ferreira da Silva (Ciência Política), Manoel Felipe Batista da Fonseca (História), Monyke Cabral e Silva (Psicologia), Tatiane Helena Lins dos Santos (Serviço Social) e Vivian do Amaral Farias (Ciências Sociais) nas outras etapas importantes do trabalho que desenvolvemos em conjunto na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sobre a memória das juventudes pernambucanas.

*Nesse sentido, ele é considerado fundamental ao exercício das liberdades públicas e ao desenvolvimento das democracias no mundo” (Costa, 2008, p. 17-18).*

Partindo-se especificamente do projeto de pesquisa ASPECTOS DA MEMÓRIA DAS JUVENTUDES PERNAMBUCANAS: NOVAS CONFIGURAÇÕES E TRANSMUTAÇÕES (1973-1985), que é financiado pelo CNPq, assim como de outras experiências mais específicas e voltadas ao campo da extensão universitária, a grande conquista até o momento foi a viabilização de um espaço institucional para a realização de debates teóricos, a efetivação e fortalecimento de pesquisas multidisciplinares sobre a juventude, bem como a consolidação de um trabalho profícuo que está sendo realizado atualmente, incluindo a abertura de oportunidades para o envolvimento de estudantes e pesquisadores dos mais diversos níveis e áreas.

A construção de um trabalho sobre os jovens surgiu da necessidade cotidiana de produzir uma reflexão calcada na tentativa de aproximar experiências juvenis em diversas temporalidades e abrangendo os mais diversos espaços e significados.

O tema que mais agregou foi o da ditadura civil-militar, pois a luta pela cidadania, por novos direitos sociais ou a manutenção dos existentes permeia um universo de depoentes e está relacionado à luta política de reconhecimento de diversos grupos que estão sendo estudados na nossa pesquisa que atuaram naquele período, o que justificou a realização de novos trabalhos a partir da Sociologia da Juventude em Pernambuco, no sentido de analisar toda uma tradição de contribuições dos movimentos juvenis para a construção do Brasil moderno, inclusive com as inúmeras possibilidades de abordar a questão contextualizando as “esquecidas” décadas de 1970 e 1980, onde o fortalecimento dos movimentos de bairros e o comprometimento das lideranças com a construção de novos espaços para a mobilização dos trabalhadores nesse período estavam sendo (re) construídos ou consolidados.



Na década de 1970 houveram uma importante disputa política por todos os espaços possíveis, sobretudo foi um momento de reorganização de diversos movimentos visando a dissolução da ditadura civil-militar e a participação expressiva de movimentos juvenis nesse processo. (Araujo, 2000; Pellicciotta, 1997, 2008), assim como um momento de balanço, de retomada ou mesmo criação de novos projetos de emancipação do povo dentro de uma certa tradição da brasilidade revolucionária (Ridenti, 2010).

Os momentos da Constituinte de 1988 também é um pano de fundo importante, pois se construía naquele momento projetos no campo da educação e da cidadania com a participação das entidades educacionais envolvendo as diversas juventudes. A centralização do estudo no aspecto político que está envolvido, confere uma posição de destaque à percepção da sociedade a partir do poder, centro decisório e agregador de diversos problemas e concepções.

Como uma Assembléia Constituinte é um momento singular da história política, pois está envolvida em transições, aparecem imagens, ou melhor, se criam imagens que nem sempre correspondem aos anseios imediatos dos sujeitos. Esta “percepção de poder, assim, é fenômeno dos mais importantes para o entendimento de atitudes e representações mentais de uma época” (FICO, 1997, P. 54).

O processo chamado “globalização”, com a forte concorrência econômica e a exclusão social dos países que não se adequarem a esta nova ordem econômica mundial, através do investimento na formação e capacitação da mão-de-obra e do avanço da tecnologia, força os governantes a investir na Educação como forma de desenvolvimento global. Não que as elites estejam com “sensibilidade social”, pelo contrário, percebem o quanto o Brasil está atrasado neste setor, e o que isto representa de entrave para o desenvolvimento, já que país classifica-se entre os de pior índice educacional.

É visível a incompatibilidade de um país de semi-analfabetos e cidadãos desinformados com as necessidades latentes de desenvolvimento para

sobreviver entre as grandes nações. O Brasil sempre está sem saída no rol da importação da tecnologia, porque com padrões mínimos de desenvolvimento trabalha no limite para que possa ter sua mão-de-obra um pouco mais especializada. É a saída diante da dependência a que estamos eternamente submetidos, e que as leis devam trabalhar no sentido de superar um pouco tais dificuldades, já que grandes avanços são impossíveis.

O início dos anos 80, no campo político, é marcado pela abertura do regime militar, através da liberdade para a composição dos partidos políticos, anistia a presos políticos e a presença muito forte da campanha pela volta de eleições diretas para Presidente da República.

Uma aliança de conservadores, com o apoio dos progressistas, monta a “Aliança Democrática” e concorre no Colégio Eleitoral ao cargo de Presidente da República. Mesmo sendo de forma indireta (no ano de 1984 foi rejeitada a Emenda Dante de Oliveira que restabelecia a eleição direta para Presidente), a maioria política considerava um avanço, única condição que se tinha para tirar o Brasil do marasmo político e para se tomar o rumo democrático definitivo.

Ganha Tancredo Neves, que adoece e morre logo em seguida, assumindo seu Vice José Sarney, um político ligado aos militares e aos círculos conservadores. Sua função principal é coordenar a transição lenta, gradual e segura do poder militar ao dos civis e a um regime democrático.

A crise assolava o país, com a deterioração dos salários, inflação alarmante, fazendo oscilar os preços e os juros. Para a contenção desta crise, no dia 28 de fevereiro de 1986 é instituído o Plano Cruzado, com um critério e uma justificativa econômicos, mas a farsa escondia o interesse político, pois visava as eleições do mesmo ano. A comprovação disto é que cinco dias após as eleições o Plano Cruzado acaba, e os governistas conseguem uma assombrosa vitória nas urnas. Consolida-se mais ainda a supremacia do PMDB.

O monitoramento por parte do Governo Sarney nos trabalhos da Constituinte e no interesse dos velhos aliados conservadores é parte de toda

uma ideologia gerada pela Nova República em criar um certo “jogo democrático”, pois a propaganda governamental foi grande ao dar ao cidadão um ar de cidadania, inclusive com os chamados “fiscais do Sarney”, onde donas de casas, aposentados iam para os supermercados “fiscalizar” e atuação dos especuladores, dos sonegadores que não cumpriam o tabelamento dos preços proposto pelo Governo e o congelamento dos preços de outros produtos.

Enfim, a transição deste período foi programada para iniciar com o Governo eleito no Colégio Eleitoral, a criação e a efetivação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, as eleições diretas para Presidente da República em 1989 e terminar com a nomeação do Presidente no ano de 1990 que conduziria o país à normalidade do regime democrático, defendendo e aplicando a Constituição.

\*\*\*\*

Como tentamos em projetos anteriores perceber os mais diversos nortes da participação juvenil no Estado de Pernambuco com destacada e predominante presença do movimento estudantil como o movimento juvenil por excelência, nessa fase focamos na análise sobre as novas formas de participação e de busca de visibilidade e de reconhecimento da juventude pernambucana surgidas nos anos 1970, visando construir a hipótese de que a fragmentação dos movimentos juvenis passou a ser o fator fundamental para o declínio de certos movimentos ou o surgimento de outros.

Para verificar esta suposição procuramos obter informações via entrevistas com antigos militantes dos movimentos juvenis de bairros ligados à Igreja Católica, dos grupos culturais que passam a ter visibilidade no cenário urbano pernambucano no início dos anos 1970 até a Constituinte de 1988.

Considerando que, no início dos anos 1980, na ausência de integração desses nos novos espaços sociais urbanos do Grande Recife, surgiram rapidamente inúmeras gangues ou bandos com forte presença de jovens que também merecem ser analisados, então uma nova perspectiva surge quando a expressão da violência passa a ser reconhecida como forma alternativa de visibilidade, de reconhecimento e de ocupação do espaço urbano pelas mais diversas juventudes que são excluídas. Assim, a presença das gangues ou das galeras demonstra a organização e a presença dos jovens nos mais diversos espaços sociais, cuja motivação para a participação aponta-se num conjunto de posições sobre sua condição social e as conseqüentes relações que são estabelecidas por mais diversos grupos sociais nas esferas da sociedade.

Ao dialogarmos com muitos sujeitos que apresentam experiências históricas fundamentais para repensarmos a sociedade brasileira na contemporaneidade, como cidadão contribuimos para que a história de vida e “seu mundo” desses sujeitos sejam também sendo nossos. Enquanto pesquisadores entendemos que a voz desses sujeitos contribuem para o afastamento do perigo do esquecimento, que também tem sérias implicações no mundo social e político.

### **Os jovens e a luta por reconhecimento social: um primeiro mapeamento**

A luta por reconhecimento social é uma característica das sociedades modernas e está associada ao crescente movimento de novos atores que tentam buscar visibilidade no cenário social através de dinâmicas próprias de afirmação de direitos.

Ao partimos de Honneth (2003), que trata especificamente a luta por reconhecimento como parte da luta social, da resistência e de sua dimensão coletiva, ao apreendemos isso análise dos movimentos juvenis encontramos pontos em comum na observação das rede de relações e de



convivência entre os sujeitos pesquisados, embora a diversidade de pautas, a sua estrutura interna, o tipo de mensagem emitida, as principais referências e a sintonia com uma proposta de projeto de sociedade sejam tão díspares, conforme nos três grandes movimentos juvenis identificamos no período estudado:

- 1) Movimentos Estudantis;
- 2) Movimentos Culturais de Juventude;
- 3) Movimentos de jovens do meio popular;

Quando falamos dos movimentos estudantis ainda remetemos a sua fase que representa e se apresenta como um movimento estudantil por excelência, mas com as primeiras identificadas no chamado movimento estudantil clássico, com os novos espaços de atuação e as diversidades das pautas de luta sob a órbita praticamente exclusiva dos partidos políticos, que analisamos nas duas principais universidades da cidade de Recife no período: a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O embrionário Movimento Hip-Hop apresenta suas principais manifestações no período, sobretudo concentrado em poucos bairros da cidade de Recife e limitado a poucos grupos e ainda com pouca visibilidade diante dos demais movimentos juvenis.

O que identificamos como grandes movimentos de jovens foram com os chamados movimentos de jovens do meio popular, que tinham grande influência de membros da Igreja Católica e sua organização espacial ocupava uma área de grande alcance, mas também com pouca visibilidade, embora com mais organicidade que os dois primeiros elencados.

## **Lutas Sociais, Direitos Humanos e uma reparação histórica: uma análise a partir dos movimentos juvenis de Recife no final da transição democrática**

A discussão que trazemos refere-se especificamente ao direito à informação como um dos direitos humanos essenciais, o que passa pela compreensão do período que estudamos, visando encaixar a discussão no **o debate acerca da memória e violência das ditaduras do Cone Sul (direito à verdade, luta contra a impunidade, direito a identidade, reparação e reconhecimento).**

É fato que a história da juventude brasileira é pouco conhecida. Muitos episódios envolvendo atuações, movimentos e repressões aos jovens são desconhecidos do conjunto dos brasileiros e das brasileiras. Cabe ao Estado brasileiro garantir todos os meios para que os brasileiros conheçam a sua História.

Muito se discutiu nos últimos anos sobre o esquecimento e a promoção da impunidade dos crimes da ditadura civil-militar promovidos pelo fechamento sem precedentes dos seus arquivos. Mas pouco a pouco o debate sobre o direito à informação em qualquer órgão público se avoluma, considerando ser um princípio mais básico e comum em qualquer democracia.

O direito à informação é um dos direitos humanos, pois a omissão da verdade retira o direito de liberdade e de participação cidadã, porque no pacote da omissão da verdade vem junto a humilhação, a perseguição, o desprezo e a covardia do ente que se acha todo-poderoso no (des) cumprimento das leis do País.

No Seminário Nacional Juventudes, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania (que aconteceu nos dias 11 e 12 de novembro de 2010 na UFPE) também discutimos a questão, principalmente no momento em que o projeto de lei de acesso à informação pública (PLC 41/2010) encontra dificuldades para sua aprovação no Senado Federal, pois não dá mais para tolerar a impunidade

dos que vão contra a lei penal e que desprotege jurídica e politicamente os que acionam os órgãos públicos.

A experiência que construímos na UFPE se constitui o mais importante projeto de resgate da história da juventude brasileira, que é reconhecido por entidades públicas e privadas, organizações da sociedade civil, pesquisadores nacionais e internacionais e por um amplo conjunto de jovens que se envolveram nas atividades, publicações, eventos, apoio pedagógico e publicização de fontes (livros, documentos, vídeos, áudios) que realizamos. A obsessão da equipe em trabalhar com a juventude no sentido de ampliar o conhecimento sobre a sua própria história é relevante do ponto de vista acadêmico, político, social e cultural, porque conhecer a história da juventude é refletir sobre a história do nosso Estado e do próprio País.

A coleção de publicações como “O Pensamento das Juventudes Brasileiras no Século XX” e “Memória das juventudes pernambucanas” é a principal vitrine da nossa produção na área da memória dos movimentos juvenis, pois o envolvimento dos jovens sempre é o principal objetivo quando apresentamos um projeto, considerando que estudar, divulgar e aprender com a história da juventude pernambucana é criar mecanismos para se compreender toda uma tradição de contribuições da juventude para a construção do Brasil moderno.

Mesmo depois de um acúmulo de experiências que ultrapassaram gerações e décadas, infelizmente não tivemos um resgate histórico digno das pessoas, dos ideais e das necessidades reais do povo pernambucano e brasileiro, o que nos causa sérias dificuldades para participar do jogo democrático com eficiência.

Conforme o Procurador Federal Marlon Alberto Weichert, “indiretamente, a falta de verdade impede o desenvolvimento da cidadania e da democracia, tornando impossível ao cidadão o pleno exercício do Poder estatal (...) Logo, sem o conhecimento da história do país, o povo não pode exercer com liberdade, maturidade e responsabilidade o direito à autodeterminação, ou seja,

o poder estatal. A falta de acesso às informações e arquivos públicos impede, pois, a plena cidadania” (Pronunciamento do Procurador no Ato Desarquivando o Brasil, São Paulo, 28/04/2005).

As palavras do Procurador podem ser lidas em tantos outros documentos, como o da ANPUH (Associação Nacional de História), considerando que 'os direitos à informação e à memória constituem na sociedade democrática contemporânea, direitos civis, políticos e sociais' (Documento “Democracia, Direitos, Arquivos e Documentação”, Diretoria ANPUH/Nacional, São Paulo, dezembro de 2004).

Ou mesmo do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), que considera o seguinte: 'O silêncio a que os poderosos insistem em manter as vozes da resistência e da luta contra todas as formas de ditadura precisa ser rompido. Não podemos aceitar que uma sociedade que se quer democrática compactue com o esquecimento (Livro 'Uma história por contar: Pelo Direito Humano à Memória e à Verdade no Brasil, Brasília, 2007).

Portanto, se considerarmos que os jovens brasileiros pouco sabem sobre a história da juventude, dos autoritarismos do Estado, da história das instituições e outras mais, logo concluiremos que eles não estão vivenciando um ambiente democrático em sua plenitude. Há setores jovens apáticos, desprovidos de uma base de conhecimento para sua formação política.

Se considerarmos que é dever do Estado assegurar o exercício dos direitos civis, políticos e sociais, conforme a Constituição Federal, então cabe a ele promover o resgate histórico por meio dos seus diversos órgãos, garantindo o acesso e divulgação visando ao interesse. Um desses órgãos que precisa atuar nesse sentido é a Universidade Pública.

Quanto à juventude, observar e pensar sobre ela, hoje e ontem é, na verdade, encontrar e refletir sobre juventudes. Na verdade, para sermos rigorosos, sempre foi preciso analisar as juventudes no plural. O encontro com os jovens sempre significou encarar uma conjunção de inúmeras variáveis



sociais, culturais e históricas. E de sujeitos reais, com vontades, desejos, valores e temores.

A diversidade e a complexidade da condição juvenil crescem ainda mais quando consideramos a história, o perpassar no tempo das sociedades, grupos e indivíduos. Enfim, é preciso atentar para a diversidade real e potencial dos jovens mesmo em um recorte social bem específico: a criatividade de indivíduos e grupos juvenis faz explodir a diversidade das vivências juvenis (Groppo, 2000; Machado, 2008; Sousa, 1999).

Assim, toda a relação social se coloca em termos de comunicação, que vincula sujeito e sociedade. Os sujeitos sentem e se manifestam além das palavras. O sujeito nasce num mundo de linguagem: antes de vir ao mundo há sentidos disponíveis. Cabe, portanto, resgatar todas as 'vozes' que se fizeram presentes no mundo juvenil e na vida social em Pernambuco ao longo desses períodos

### **Considerações Finais**

Não dá para tolerar tantas desigualdades na promoção da justiça, nem tampouco desconsiderar que os direitos humanos são inalienáveis e nem podem ser negociados ou preteridos. O nosso trabalho será sempre para que os direitos mais comuns sejam universalizados, porque os crimes contra a humanidade (que são bárbaros, covardes e atingem a todos) começam por pequenos afrontas ao Estado de Direito.

Também precisamos ampliar a discussão sobre a memória da ditadura e os jovens, como a inserção das políticas públicas de juventude, refletindo sobre o que as juventudes fizeram e poderão fazer para a plenitude democrática, a formação profissional, as práticas educativas, bem como temas que estão na ordem do dia, como a mídia e a cultura brasileira, os desafios para a formação profissional, a violência, a produção acadêmica sobre juventude e tantos outros temas de interesse público.



A construção de um espaço de trabalho que interliga ensino, pesquisa e extensão é o grande mérito do Programa sobre as Juventudes Pernambucanas da UFPE, que não só desenvolve atividades para mobilizar setores significativos da sociedade pernambucana para a realização de atividades que permitam resgatar a história da juventude pernambucana, mas também promove pesquisas aprofundadas sobre as juventudes brasileiras. Acreditamos que quem sai fortemente beneficiado das atividades são os jovens, que encontram espaços, publicações e experiências repassadas nas nossas atividades.

Mas os principais resultados dos nossos esforços ainda estão por vir, como o maior incentivo para a ampliação do debate público sobre a memória dos movimentos juvenis no Brasil, sobretudo a utilização de seus conteúdos na formação cidadã de adolescentes e jovens, tanto como parte de uma política pública educacional, como um instrumento na consolidação da democracia e a produção de cidadania em diversos grupos sociais.

Trata-se se ainda de um longo caminho, mas acreditamos que esse possa ser a contribuição que as Ciências Sociais e outras áreas do conhecimento possam buscar fornecer, pois a realidade brasileira ainda precisa ser melhor decifrada para que possamos construir práticas sociais calcadas no reconhecimento do outro como um importante contributo à consolidação de espaços democráticos e direitos assegurados.

### **Referências Bibliográficas**

ABRAMO, Helena. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Scritta, 1994.

ARENDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. 5a ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

COSTA, Célia Maria Leite. "O direito à informação nos arquivos brasileiros". In: Carlos Fico; Marieta de Moraes Ferreira; Maria Paula Araujo; Samantha Viz Quadrat. (Org.). *Ditadura e Democracia na América Latina*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, v. , p. 17-26.

FICO, Carlos. *Reiventando o otimismo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.

GROPPO, Luis Antônio. *Juventude. Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MACHADO, Otávio Luiz. "O estudo do movimento estudantil brasileiro: um debate sobre esquecimentos, celebrações, reflexões, comemorações e contra-comemorações". *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, v. 3, p. 1-9, 2007.

\_\_\_\_\_. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão do engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975)*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE), 2008. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. SILVA, N. L. ; SÁ MENEZES, Girleide de. ; LINS, A. S. . "A presença das juventudes pernambucanas: novas configurações e transmutações". *Estudos Universitários (UFPE)*, v. 1, p. 115-124, 2010.

MADEIRA, Felícia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 58, 1986.

PELLICCIOTTA, Mirza. *Uma aventura política: as movimentações estudantis nos anos 70*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. (Dissertação de mestrado em História Social).

\_\_\_\_\_. "Mobilizações estudantis nos anos 1970". In: Otávio Luiz Machado, Michel Zaidan e Luís Antônio Groppo (orgs). *Juventude e Movimento Estudantil Brasileiro: Ontem e Hoje*. Recife: Editora UFPE, 2008, p. 179-213.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: UNESP, 2010).

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da Utopia: a militância política nos anos 90**. São Paulo: Hacker, 1999.